

qual consta do anexo àquele contrato-programa, publicado e publicitado nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro;

b) O contrato-programa acima aludido foi publicado, nos termos da lei, como Contrato n.º 493/2013, no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de julho de 2013;

c) Nos termos do disposto da cláusula 11.ª do contrato-programa CP/231/DDF/2013 «o presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro»;

d) Face ao exposto, verifica-se necessário proceder à revisão da participação financeira de forma a garantir o cumprimento do programa de atividades apresentado pelo 2.º outorgante:

Nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro — Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo e do disposto no clausulado do contrato-programa CP/231/DDF/2013 é celebrado o presente aditamento àquele contrato-programa de desenvolvimento desportivo, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do aditamento

O presente aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/231/DDF/2013, tem por objeto ajustar a comparticipação aos encargos com a execução do programa de Alto Rendimento e Seleções Nacionais do 2.º outorgante.

Cláusula 2.ª

Alteração da Cláusula 4.ª do contrato-programa CP/231/DDF/2013

A comparticipação financeira indicada no n.º 1, da Cláusula 3.ª do contrato-programa de desenvolvimento desportivo CP/231/DDF/2013 é acrescida em 37 470,00€ fixando-se em 128 310,00€.

Cláusula 3.ª

Alteração da Cláusula 5.ª do contrato-programa CP/231/DDF/2013

O montante de 37 470,00€ indicado no n.º 1 da Cláusula 2.ª, acima, é disponibilizado mensalmente, nos seguintes termos:

- a) 12 490,00€ até 15 (quinze) dias após a entrada em vigor do presente contrato-programa — aditamento e
- b) 12 490,00€ nos meses de novembro e dezembro.

Cláusula 4.ª

Produção de efeitos

O presente aditamento ao contrato-programa produz efeitos reportados à data da sua publicação no *Diário da República*.

Assinado em Lisboa, em 23 de outubro de 2013, em dois exemplares de igual valor.

23 de outubro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *João Bibe*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo, *Delmino Albano Magalhães Pereira*.

207353223

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 14296/2013

Considerando a cessação de funções, por motivo de aposentação, de dois subdiretores gerais da AT — Autoridade Tributária e Aduaneira, e atento o interesse institucional em garantir a continuidade do exercício dos cargos de direção superior desta direção-geral e do normal funcionamento dos serviços, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de substituição, para o cargo de subdiretora-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, para a área do Património, sem prejuízo da realização do procedimento concursal para o cargo de direção superior em causa, nos termos legais em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações

introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto, a licenciada Lurdes Silva Ferreira, do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, com efeitos a 1 de outubro de 2013.

2 — A presente designação fundamenta-se na síntese curricular em anexo, a qual evidencia o perfil adequado e demonstrativo da aptidão e experiência profissionais necessários ao exercício do referido cargo.

29 de outubro de 2013. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

ANEXO

Síntese curricular

Lurdes da Silva Ferreira

1. Habilitações académicas

Licenciatura em Economia, concluída no ano letivo de 1985/86 no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Conclusão, no ano letivo de 1986/87, das cadeiras de Fiscalidade da Empresa e Contabilidade Analítica e Gestão Orçamental da Licenciatura em Gestão de Empresas.

2. Atividade Profissional

1 de janeiro de 2011- Diretora de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis.

1 de abril de 2010 — Coordenadora do Gabinete do Diretor-Geral dos Impostos.

1 de julho de 2006 — assessora técnica no Gabinete do Diretor-Geral dos Impostos.

1 de julho de 1992- Direção de Serviços do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares — Divisão de Conceção.

1 de janeiro de 1987 — monitora no Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.

3. Percurso na Carreira

1982 — Ingressa na DGCI, em 14 de julho de, como Liquidadora Tributária Estagiária.

1984 — Passa a Liquidadora tributária de 2.ª Classe.

1986 — Passa a Liquidadora Tributária de 1.ª Classe.

1991 — Passa a Técnica Verificadora Tributária.

1988 — Passa a Perita de Fiscalização Tributária de 1.ª classe, supranumerária,

1992 — Passa a Perita de Fiscalização Tributária de 1ª Classe.

1998 — Passa a Supervisora Tributária.

2005 — Passa a Inspetora Tributária Assessora.

2010 — Passa a Inspetora Tributária Assessora Principal.

4. Outras atividades

-Conceção, preparação e monitorização de ações de formação; atualização técnica de textos de apoio; elaboração de elementos de suporte às ações de formação e elaboração de manuais. -Elaboração de lições escritas sobre Imposto Sobre o Valor Acrescentado; Imposto Profissional e Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

-Coordenação do estágio do 5.º Programa de Estudos em Portugal;

-Lecionou um módulo da Cadeira de Fiscalidade — IVA — destinado a Quadros Superiores de Empresas, no âmbito de um curso organizado pela empresa ENSINUS — Estudos Superiores S.A., ministrado no Instituto Superior de Gestão;

-Ministrou vários Seminários organizados pelo Jornal Vida Económica e pela Empresa Saviotty&Essaguy;

-Ministrou vários Seminários organizados pela Price Waterhouse;

-Ministrou várias ações de formação organizadas pela APEMI (Associação Portuguesa de Empresas de Mediação Imobiliária) / ESAI (Escola Superior de Atividades Imobiliárias);

-Lecionou o módulo de Fiscalidade do MBA EXECUTIVO em Gestão de Negócios Imobiliários ministrado na Escola de Gestão de Negócios da Universidade Autónoma de Lisboa, no MBA em Gestão de Negócios Imobiliários na UAL (Universidade Autónoma de Lisboa) — Escola de Gestão e Negócios.

-Lecionou o módulo de Fiscalidade dos cursos de Certificação de Avaliadores Imobiliários, ministrados no Centro de Estudos de Engenharia Civil, do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa;

-Lecionou o módulo de Fiscalidade dos Cursos de Pós-Graduação em Avaliação Imobiliária, ministrados na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

-Lecionou a Cadeira de Fiscalidade dos MBA's em Gestão, Promoção e Montagem de negócios Imobiliários e em Avaliação Imobiliária na ESAI (Escola Superior de Atividades Imobiliárias).

-Leciona a Cadeira de Fiscalidade da Licenciatura em Gestão Imobiliária na ESAI (Escola Superior de Atividades Imobiliárias).

5. Obras publicadas

“Manual Prático do IVA e RITT”, editado pela Sociedade Editora “O Comércio de Viveres”, Lda.” — 1996.

“IRC — Manual Prático Lidel”, editado pela Editora “Lidel — Edições Técnicas, Lda.” — 1.ª edição -2001.

“IRC — Manual Prático Lidel”, editado pela Editora “Lidel — Edições Técnicas, Lda.” — 2.ª edição atualizada e aumentada — 2003.

“IRC — Manual Prático Lidel”, editado pela Editora “Lidel — Edições Técnicas, Lda.” — 3.ª edição atualizada e aumentada — 2009.

6. Formação Complementar

-Seminário para dirigentes — A gestão de objetivos, equipas e colaboradores da DGCI, em 2 e 3 de abril de 2007, com a duração de 12 horas;

-Seminário para dirigentes da DGCI, em 24 de abril de 2007, com a duração de 6 horas;

-Seminário sobre Criminalidade tributária — O Combate à Fraude Carrossel de IVA, Intervenção do Ministério Público, Administração Fiscal e das Polícias, em 18 e 19 de junho, com a duração de 12 horas;

-Seminário para dirigentes da DGCI, em 17 de julho de 2007, com a duração de 6 horas;

-Conferência Internacional de Lisboa — A Estratégia de Lisboa e a Luta Contra a Fraude Fiscal na União Europeia;

-Seminário para dirigentes da DGCI, em 09 de novembro de 2007, com a duração de 6 horas;

-Seminário para dirigentes da DGCI- Aproximação a Uma Administração Fiscal Internacional, em 06 de dezembro de 2007, com a duração de 6 horas;

-Seminário para dirigentes e chefias da DGCI, em 12 de fevereiro de 2008

-Seminário para dirigentes — “Liderança, da eficácia à grandeza — Impulsar o sucesso, em 19 e 21 de maio de 2008, com a duração de 15 horas;

-Seminário sobre criminalidade tributária — A Fraude aos impostos especiais sobre o consumo”, em 4 de junho de 20 de 2008/08;

-Seminário para dirigentes e chefias da DGCI, em 21 de outubro de 2008;

-Conferência — Crise, Justiça Social e Finanças Públicas, em 17 e 18 de março de 2009;

-Seminário para dirigentes e chefias da DGCI, em 17 de abril de 2009;

-Conferência de Diretores-gerais dos Impostos da CPLP, em 20 e 21 de maio de 2009;

-Conferência Técnica do CIAT (Nápoles — Itália), de 19 a 22 de outubro 2009.

207362028

Despacho n.º 14297/2013

Considerando a cessação de funções, por motivo de aposentação, de dois subdiretores-gerais da AT-Autoridade Tributária e Aduaneira e atento o interesse institucional em garantir a continuidade do exercício dos cargos de direção superior desta direção-geral e do normal funcionamento dos serviços, determino o seguinte:

1 — Designo, em regime de substituição, para o cargo de subdiretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira da área do Planeamento e Comunicação, sem prejuízo da realização do procedimento concursal para o cargo de direção superior em causa, nos termos legais em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto, o licenciado Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio, do mapa de pessoal da Autoridade Tributária e Aduaneira, com efeitos a 1 de outubro de 2013.

2 — Nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do artigo 26.º-A da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aditado pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e alterado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a comissão de serviço do trabalhador no cargo de Diretor de Serviços de Investigação da Fraude e de Ações Especiais fica suspensa pelo período máximo de quatro anos.

3 — A presente designação fundamenta-se na síntese curricular em anexo, a qual evidencia o perfil adequado e demonstrativo da aptidão e experiência profissional necessários ao exercício do referido cargo.

29 de outubro de 2013. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*.

ANEXO

Síntese curricular

Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio
Data de Nascimento: 24 de março de 1958
Naturalidade: Tete, Moçambique
Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações académicas

Bacharelato em «Contabilidade e Administração», concluído em 20 de julho de 1989, com a média final de 14 valores.

Licenciatura em «Auditoria Contabilística», concluída em 8 de março de 1995, com a média final de 14 valores.

Curso de Estudos Superiores Especializados em «Contabilidade e Administração Fiscal», concluído em 1998, com a média final de 15 valores.

Experiência profissional

Na Autoridade Tributária (ex-DGCI):

Funcionário da DGCI desde 26 de abril de 1982.

Liquidador Tributário e Técnico Tributário no período compreendido entre 1982 e 1989.

Perito de Fiscalização Tributária de 1.ª classe no período compreendido entre 1989 e 1998.

Inspetor Tributário Principal no período compreendido entre 1998 e 2003.

Inspetor Tributário Assessor no período compreendido entre 2003 e 2008.

Chefe de Divisão do Planeamento e Coordenação da ex-1.ª Direção de Finanças de Lisboa, no período compreendido entre junho de 1999 e outubro de 2002.

Diretor de Finanças Adjunto para a área do Apoio Técnico da ex-1.ª Direção de Finanças de Lisboa, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2002.

Diretor da Direção de Serviços do IMT e do Imposto do Selo no período compreendido entre 2005 e 2010.

Diretor de Serviços da DSIFAE, em substituição desde 01.01.2011.

Diretor de Serviços da DSIFAE após procedimento concursal de seleção, desde 01.06.2013.

Membro dos grupos de trabalho (i) Para a alteração do PEC e indicadores económicos; (ii) Para a criação do Documento Único de Correção; (iii) Para a Implementação da Reforma dos Impostos sobre o Património; (iv) Para a Modernização da Justiça Tributária; e (v) Para a Implementação da e-fatura e dos Documentos de Transporte.

Formador nas áreas (i) da Contabilidade Financeira e Analítica, (ii) do Imposto sobre o Valor Acrescentado, (iii) do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas e (iv) dos Impostos sobre o Património.

207362174

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 14298/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnico-especialista o licenciado Sérgio Nuno Agraíno Rodrigues, técnico superior da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para exercer as funções de assessoria jurídica no meu gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o de adjunto de gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos a partir de 7 de outubro de 2013.

4 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

7 de outubro de 2013. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Hélder Manuel Sebastião Rosalino*.

ANEXO

(Nota curricular)

Dados pessoais:

Nome — Sérgio Nuno Agraíno Rodrigues